



## **CAMPOS DE ENFRENTAMENTOS: CATOLICISMO versus ESPIRITISMO NA PARAÍBA (1890 / 1935)**

Dr. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA JUNIOR\*

A história do Espiritismo na Paraíba ainda está por ser pesquisada e estudada com maior profundidade, principalmente dentro do recorte por nós pesquisado, visto que, essa temporalidade foi caracterizada por mudanças no que tange a política e a religião, e em particular, a relação entre Estado e Igreja Católica e Igreja Católica com as demais religiões, a exemplo do Protestantismo e do Espiritismo, este último, objeto de nossa atual investigação.

O contexto histórico da época, e mais precisamente, das últimas décadas do século XIX, podemos analisar as condições históricas, culturais, filosóficas e científicas que contribuíram para criar um ambiente propício ao pleno desenvolvimento de uma corrente de pensamento de caráter científico e filosófico, surgida na França, mas que, no Brasil se constituiu num movimento doutrinário religioso e, que fora bastante contestado pela Igreja Católica, tida como uma grande calamidade que deveria ser combatida.

Os estudos existentes acerca dessa temática quase sempre ignoram o contexto histórico do século XIX, fixando-se apenas na organicidade do movimento espírita, além de privilegiarem um olhar que minimiza e, amiúde, exclui da historiografia espírita personalidades e movimentos importantes para a compreensão do desenvolvimento do Espiritismo brasileiro. Some-se a isso a dificuldade em se obter documentações, muitas vezes sonegadas, quando não destruídas pelo tempo e pelas traças, em função da falta de zelo para com a memória do Espiritismo.

No Brasil, apesar das inúmeras transformações ocorridas entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, entre elas o fim do regime de padroado e a institucionalização do estado laico, não se pode negar a grande influência do fator religioso como um dos principais componentes de mudanças vivenciadas pela sociedade brasileira e, em especial a paraibana na primeira República. E dentro deste contexto, temos o espiritismo. Mas, quando surgiu o

---

\* Doutor em História pela UFPE; Pós Doutorando pela UFCG – Universidade Federal de Campina Grande. Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPA. Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena da Paraíba – NEAB-Í. Email. [junioruepb@yahoo.com.br](mailto:junioruepb@yahoo.com.br);



espiritismo? Onde? E que o criou? Quais são suas características? Quando chegou ao Brasil? E na Paraíba? Porque a Igreja passou a combatê-lo? Nas paginas a seguir tentaremos

descortinar estas perguntas, sem fazer juízo de valor ou mesmo produzir um discurso tendencioso.

O Espiritismo<sup>1</sup> surgiu oficialmente na França, em 1857, com a publicação do “Livro dos Espíritos” por Allan Kardec, pseudônimo do pedagogo Frances Hippolyte Léon Denizard Rivail, (1804 – 1869) reconhecido por espíritas e não-espíritas como codificador<sup>2</sup> de um corpo teórico filosófico, religioso e científico que parte de pressupostos científicos e religiosos, tais como a imortalidade da alma, a pluralidade das vidas e a existência de Deus.

Oriundo da França, o Espiritismo, logo que chegou ao Brasil, angariou seus primeiros adeptos entre imigrantes franceses e membros da classe média, habitualmente intelectuais, médicos, jornalistas e comerciantes. Disseminando-se, a princípio, entre a classe média urbana, teve a influência de suas práticas e visões de mundo, substancialmente aumentada ao longo dos anos. Um aspecto relevante para o entendimento da história do Espiritismo foi a tentativa, desde seu início, de inserir-se, simultaneamente, em dois campos: o científico e o religioso. Desde Kardec, o Espiritismo tem buscado se apresentar como uma doutrina de bases científicas e com implicações ético-religiosas.

Segundo Arribas (2010), a colônia de imigrantes franceses no Rio de Janeiro na fase imperial, teve papel importante para a propagação do espiritismo em terras brasileiras, eram compostas de jornalistas, comerciantes e professores. As ideais espíritas estavam entrelaçadas com princípios políticos, religiosos e filosóficos e aos poucos foi conquistando simpatizantes de diferentes graus sociais na corte, fato este que começou a incomodar os representantes do clero que passaram a combater o movimento espírita ainda embrionário em terras brasileiras.

Os primeiros movimentos do espiritismo no Brasil começaram no Ceará, com o Sr. Catão da Cunha, quase no mesmo tempo que na França. Porém, a propaganda da doutrina espírita só ganhou impulso a partir de 1865, na Bahia, com o Grupo Familiar do Espiritismo, que foi o primeiro centro espírita kardequiano do Brasil, de conhecimento público. Esse centro

---

<sup>1</sup> *Espiritismo* - é a doutrina revelada pelos Espíritos Superiores, através de médiuns, e organizada (codificada), no século XIX, por um educador francês, conhecido por Allan Kardec. O Espiritismo é, ao mesmo tempo filosofia, ciência e religião. **Filosofia**, porque dá uma interpretação da vida, respondendo questões como “**de onde eu vim**”, “**o que faço no mundo**”, “**para onde irei depois da morte**”. **Ciência**, porque estuda, à luz da razão e dentro de critérios científicos, os fenômenos mediúnicos, isto é, fenômenos provocados pelos espíritos e que não passam de fatos naturais. **Religião**, porque tem por objetivo a transformação moral do homem, revivendo os ensinamentos de Jesus Cristo, na sua verdadeira expressão de simplicidade, pureza e amor.

<sup>2</sup> O termo codificador significa: reunir normas em forma de código, compilar, coligar, transformar em sequência de sinais adequados determinados códigos. É nesse sentido que os espíritas titulam Allan Kardec de o “codificador do espiritismo”. Segundo os espíritas, foi Allan Kardec quem codificou as mensagens ditadas pelos espíritos em cinco livros denominados “livros da codificação”.

foi dirigido pelo Luís Olímpio Telles de Menezes<sup>3</sup>, que era membro do Instituto Histórico da Bahia. Quatro anos depois, ele criou o primeiro jornal espírita do Brasil, intitulado *O Echo d'Além Túmulo*, que o próprio dirigiu. Esse periódico era impresso na tipografia do Diário da Bahia e chegou a ter circulação no exterior. Porém, o tempo de vida do periódico foi curto. A Igreja Católica tratou de impedir a expansão do espiritismo na Bahia que, gradativamente, foi se enfraquecendo<sup>4</sup>.

Este jornal participou das lutas políticas em que vivia o país, engajando-se declaradamente na campanha abolicionista e na luta pela liberdade de culto e tolerância religiosa. *O Eco de Além-Túmulo* pretendia contribuir no processo de liberdade de consciência que estava em curso no país e manter um diálogo com os diferentes credos. Desde 1860 o Brasil vivia em clima de intensa disputa política em torno da questão da liberdade de culto. De um lado os católicos lutando para manter o catolicismo como religião oficial e para não dar espaços para outras formas religiosas e de outro lado liberais, republicanos, maçons, protestantes exigindo liberdade de culto e a separação da Igreja do Estado. Os espíritas alinharam-se neste bloco, na busca por mais espaço e expansão de seus pensamentos religiosos, filosóficos, sociais e científicos.

Apesar de Menezes ter adotado os postulados de Kardec, seus trabalhos e escritos demonstravam ainda uma forte ligação com o catolicismo. Assim quando Menezes envia exemplares do Eco para uma análise da *Sociedade de Estudos Espíritas de Paris*, (Kardec já havia morrido), esta não deixa de fazer críticas a respeito da influência católica no jornal. Em 1869, num volume da *Revista Espírita* publicada pela sociedade, aparece o comentário sobre o jornal brasileiro:

*A introdução e a análise que o Sr. Luiz Olympio faz, da maneira geral pela qual os Espíritos nos revelaram a sua existência, parecem-nos bastante satisfatórias. Outras passagens, referindo-se especialmente à questão religiosa, dão-nos ocasião para algumas reflexões críticas. Para nós, o Espiritismo não deve tender para nenhuma forma religiosa determinada. Ele deve permanecer como uma filosofia tolerante e progressiva (...)" (Revista Espírita, 1869 - <http://www.febnet.org.br/> - acessado em 02 de maio de 2017)*

---

<sup>3</sup> O jornalista Luís Olímpio Telles de Menezes nasceu na Bahia na cidade de Salvador. Iniciou uma fracassada carreira militar, depois se dedicou ao magistério e as letras. Em 1849, com um grupo de amigos funda um jornal A época literária, preocupado com as discussões científicas, literárias e históricas. De 1861 a 1865 exerce a função de tesoureiro do Instituto Histórico da Bahia. Foi também colaborador do Diário da Bahia. Em 1875 muda-se para o Rio de Janeiro e morre em 1893 numa situação de extrema pobreza.

<sup>4</sup> Sobre esse momento inicial da História do Espiritismo no Brasil, Cf. **Os intelectuais e o espiritismo** de Ubiratan Machado; **Da elite ao povo**, de Sylvia Damazio; e **As Religiões do Rio**, de João do Rio.

Com todo esse ambiente, o espiritismo brasileiro atraía cada vez mais as críticas da Igreja, que propunha uma série de medidas para esclarecer os seus seguidores contra os erros do espiritismo. Os católicos ficaram horrorizados com as primeiras mensagens espirituais divulgadas pelos grupos espíritas que criticavam as injustiças, a escravidão e aceitavam todos os meios para repelir a opressão e a injustiça. Diz uma das mensagens: “*A revolução é o sagrado direito de um povo oprimido...*” (MACHADO, 1996, p.99)

Nesta época, o arcebispo baiano D. Manoel Joaquim da Silveira redigiu uma carta em junho de 1867, criticando as mensagens e as traduções de Menezes. Para ele, só através das duras críticas é que a Igreja poderia por termo à loucura espírita. Segundo a informação de Vieira, os católicos consideravam o espiritismo uma ameaça, assim como viam a maçonaria e o protestantismo. “Ademais, para cumular, a nação estava agora invadida pelos ‘adoradores do demônio’, que se denominavam Espíritas. Esses seguidores de Allan Kardec encontravam-se no país, e o Arcebispo fora forçado a emitir uma carta pastoral para acalmar o espírito católico do Império” (VIEIRA, 1980, p. 246).

Por volta dos anos de 1870, as ideias emanadas da doutrina espírita começaram a fervilhar na Corte. Um dos principais fatores para a aceitação do espiritismo no Rio de Janeiro no meio intelectualizado foi a sua característica de caráter modernizador. A doutrina codificada por Allan Kardec trazia consigo características já inerentes ao universo religioso e cultural do Brasil: a crença em espíritos e no sobrenatural. Porém, com uma leitura científica, filosófica, moralizadora e, sobretudo, “civilizada” pela sua origem europeia. Esses pressupostos iam de encontro com os anseios de uma sociedade que almejava a modernidade no final do século XIX.

Por sua vez, a imprensa católica elaborava argumentos contra os espíritas e noticiava as discussões dos intelectuais. A repercussão nos jornais católicos e não católicos sobre as polêmicas eram grandes. Quando o *Jornal Comércio* em 1875 noticiou a primeira tradução completa do *Livro dos Espíritos* de Allan Kardec para o português, feita por Joaquim Carlos Travassos, a polêmica aumentou. A Igreja dizia que o Espiritismo era um desrespeito ao Evangelho e ao espírito cristão, pois as ideias de revolução, de religiosidade natural, de fé raciocinada teriam efeitos nefastos sobre a ordem pública, a família e as tradições, atingindo toda a sociedade.

Para MALDONADO (2015), os espíritas se esforçavam em demonstrar que seus princípios eram resultados de pesquisas sérias. Nessa luta, Bittencourt Sampaio procurava dar forças aos argumentos de seriedade e defendia o respeito ao espiritismo. No entanto, a observação de que o espiritismo era fábrica de loucos, reforçada por dois grandes intelectuais

brasileiros, Machado de Assis e José de Alencar, seria repetida por muitos católicos empenhados em mostrar a origem demoníaca do espiritismo.

De acordo com dados de *O Reformador*, o mais antigo periódico de divulgação da doutrina espírita no Brasil, em 02 de agosto de 1873 era fundada no Rio de Janeiro, a Sociedade de Estudos Espíritas Grupo Confúcio, primeiro núcleo espírita da capital e que posteriormente deu origem à Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade, em 1876.

O ano de 1875 foi especialmente importante para o movimento espírita, registrando fatos significativos. Entre eles, a publicação da *Revista Espírita*, sob a direção de Antônio da Silva Neto, além da primeira edição de *O Livro dos Espíritos*, traduzido por Joaquim Carlos Travassos e editado pela editora Garnier. Ainda neste ano, são publicados pela mesma editora, *O Livro dos Médiuns e O Céu e o Inferno*.

Porém, foi o aspecto religioso do espiritismo que mais floresceu nesta época, e dois motivos nos faz refletir. Em primeiro lugar, o lado religioso funcionava melhor para uma população ligada a um cristianismo que, em geral, convivia tranquilamente com curandeiros, benzedeiros e cartomantes. Em segundo lugar, o mais importante líder entre os espíritas depois de Allan Kardec e antes de Chico Xavier, o ex-deputado Adolfo Bezerra de Menezes <sup>5</sup>, concordava com os místicos. Mas teve também o talento de não dispensar os científicos. A Federação Espírita do Brasil, criada em 1884 pelo fotógrafo português Augusto Elias da Silva, seria presidida duas vezes pelo doutor Bezerra de Menezes, que também fora deputado federal e estimulou a publicação de livros e textos de cunho acadêmico. (FERNANDES, 2008, p. 79)

Percebemos então, que a hierarquia católica começa a ficar preocupada com o movimento de pessoas entre a Igreja e os Centros Espíritas, o que para o clero era inconcebível um católico frequentar um centro espírita, sob tudo porque este trânsito poderia ameaçar a perda de fiéis para o espiritismo, ameaçando a hegemonia da Igreja Católica. Desse modo, era necessário combatê-lo e, assim a Igreja passou a fazer. Sobre esta reação comenta França (2010), o combate ao espiritismo havia se tornado uma questão de patriotismo aos olhos da Igreja, combater o espiritismo era equivalente a ser um bom patriota, afinal, o que estava em jogo era a constituição do Brasil como nação, desse modo, não poderia permitir a religião oficial

---

<sup>5</sup> Adolfo Bezerra de Menezes nasceu no Ceará em 1831 e morreu no Rio de Janeiro em 1900, iniciou a carreira como médico-cirurgião do Exército. Em 1861 foi eleito vereador municipal pelo partido liberal, afasta-se do exército para servir à política. Seis anos depois é eleito deputado geral. Em 1880 é eleito presidente da Câmara e deputado pelo Rio de Janeiro. Em 1883, levanta vários problemas referentes a cidade do Rio de Janeiro: a poluição da Guanabara, o favelamento da cidade, a falta de rigor na fiscalização para a melhoria da qualidade da carne (defesa do consumidor) e outras. Foi um abolicionista que apontou graves questões sociais da emancipação dos escravos, do comércio e da indústria. Em 1886 afasta-se da política e vai dedicar-se ao espiritismo. De 1886 a 1893, com o pseudônimo de Maxwell, escreve no jornal *O Paiz*, dirigido por Quintino Bocaiúva.

que o nefasto espiritismo continuasse a enganar pessoas ingênuas e a produzir loucos pelo país (FRANÇA, 2010, p. 104).

Assim como nas províncias da Bahia, Ceará e Rio de Janeiro, na Paraíba as primeiras notícias do movimento espírita remontam a década de 80 do século XIX tanto na capital a Parahyba do Norte (atual João Pessoa) como na cidade de Areia, localizada no Brejo paraibano. Isto se deve no nosso entendimento, a maior divulgação do espiritismo, impulsionado, também, pela publicação dos livros da codificação kardequiana para o português, o que facilitou o acesso de um numero cada vez maior de pessoas as leituras espíritas.

Tudo começou nos idos de 1916. A Parahyba do Norte era a capital da então Parahyba. Uma época em que poucas se “atreveriam” a falar, frequentar e praticar o Espiritismo. Eram os destemidos e audaciosos, de raciocínio largo, que liam, dialogavam, conheciam a Doutrina Espírita. Não havia ainda um núcleo ou centro espírita, mas o livro Espírita estava ali, garantindo a ousadia para se ultrapassar as fronteiras do preconceito. As dificuldades foram inúmeras para os desbravadores, mas o desafio era maior.

O que existiam eram apenas “Sessões de Caridade”, que aconteciam em residências onde eram atendidos os necessitados. Naquelas sessões a mediunidade aflorava em pessoas simples e sinceras, produzindo os mais extraordinários fenômenos de cura, vidência, clarividência, psicografia, psicofonia que maravilhavam e assombravam de estupefação a todos os presentes. Foi na residência do cidadão Manoel Alves de Oliveira que se realizavam uma dessas “Sessões de Caridade”, onde eram atendidas pessoas de todas as condições sociais, com a doutrinação de espíritos enfermos, o passe, a água fluidificada e o consolo da Doutrina dos Espíritos. Mas foi ali, naquele lar, que um reduzido número de pessoas resolveu fundar um grupo de estudos espíritas.

Porém, o movimento espírita surgiu na segunda metade do século XIX, como vimos anteriormente, e a FEB surge em 1884 no Rio de Janeiro, a partir daí vai se tornar a grande incentivadora dos centros espíritas e como consequências deste incentivo vão ter a abertura da Federação Espírita Paraibana (FEPB) em 17 de janeiro de 1916. O objetivo do federalismo levou a uma rápida expansão no Movimento Espírita brasileiro com as Federações Estaduais e a conseqüente multiplicação dos Centros Espíritas.

Em agosto de 1922 foi fundada a primeira revista Espírita na Paraíba, o que renovou os conceitos sobre o Espiritismo na então província Parahyba do Norte. Era editada pela FEPB e intitulava-se *O Além*. Para o Movimento Espírita da Paraíba, era uma novidade editorial. O primeiro diretor da revista foi o bel. Diógenes Caldas; redator secretário José Pereira da Silva

(Sr. Zuza); redatores professores: Eduardo Medeiros, Francisca Moura, Sizenando Costa, João Coelho, Floripes Pessoa e Eugênio Ribas Neiva. Gerente – Manoel Rabelo.

Não existe comprovação de até quando foi editada a revista, mas se presume que a partir de 1924 foi suspensa a sua circulação porque o então governador Sólon de Lucena, deixou a presidência da Província, sendo o mesmo um simpatizante e financiador da revista. Foram poucos anos de divulgação da Doutrina Espírita pela revista *O Além*, mas, com certeza plantou a sementeira para a divulgação das ideias espíritas e incentivo para outros centros que aos poucos foram espalhando-se pela Paraíba.

Neste interim, Silva (2006) nos informa sobre a criação de outro espaço espírita conhecido inicialmente como União Espírita Deus, Amor e Caridade fundada em 1931, e a partir de 1959, como Casa da Vovozinha, funcionando até os dias de hoje na capital paraibana. Este centro foi fundado num momento de grave crise social, política e econômica da sociedade brasileira e paraibana, viviam-se a pós-revolução de 1930, os ânimos políticos ainda se encontravam exaltados e o país atravessava crises de âmbito político e econômico, começava o que ficou conhecido na história como período Vargas (1930 – 1945).

Portanto, as pessoas precisavam de ajuda material, como também de superar os obstáculos políticos, sociais e financeiros deste período, assim como continuar a divulgação da doutrina espírita e agregar mais adeptos da causa religiosa, social e filosófica. Silva (2006) afirma que todas as atividades desenvolvidas pela Casa da Vovozinha foram consideradas educativas, compreendendo essa educação como um processo de desabrochar das virtudes morais, inatas no ser humano, o qual pode ocorrer em qualquer instância da vida humana e não apenas nos ambientes formais de ensino, ou seja, este centro espírita torna-se também um espaço de aprendizado educacional voltado para o ensino leigo, onde se aprendia não só religião, como também a ser cidadão.

Em Campina Grande, segundo Câmara (1988), o movimento espírita teve início em maio de 1926, com a fundação da *Sociedade Espírita Sólon de Lucena*, no mesmo ano foi fundada outra com o nome de Centro Santo Agostinho. Em Fevereiro de 1933 ocorreu a fusão dos dois centros espíritas, dando origem a *União Espírita Cristã*. Em outubro de 1943 temos a fundação da *Liga Espírita Campinense*, composta pelos centros José de Alencar e Luz, Amor e Caridade e dirigido por João Miguel de Moraes.

O movimento espírita na Paraíba não teve vida fácil, seja no aspecto material ou religioso. Vejamos por que. Com a ascensão de D. Adauto a Diocese da Paraíba em 1892, iniciou-se uma ação constante do clero contra o movimento espírita paraibano, criando dificuldades a sua expansão, divulgação e prática. De acordo com Luiz Gonzaga e Souza Lima

(1979), os núcleos espíritas eram bastante numerosos na Paraíba, contanto com muitos bacharéis, professores, jornalistas e funcionários públicos, inclusive com a presença de familiares de D. Aduato. Ainda segundo Lima, D. Aduato em visita a cidade de Areia no ano de 1887 na condição de professor seminarista (em Olinda- PE), aproveitou-se de sua estada para realizar discursos contra a prática espírita, asseverando ser o espiritismo uma nefasta superstição, marcada pelo fanatismo e pela ignorância religiosa.

Quando D. Aduato torna-se Bispo da Paraíba, a rejeição e perseguição ao espiritismo e seus adeptos fica mais ostensiva. Neste embate contra o movimento espírita, a Igreja vai utilizar o jornal semanal *A Imprensa Catholica*, criado em 1893 pela Diocese paraibana. Além de ser utilizado para a divulgação das crenças católicas, reafirmar o poder e a importância da igreja na vida dos cidadãos paraibanos, este jornal também foi utilizado ao longo de sua existência jornalística para combater de forma contundente o espiritismo.

Em 26 de novembro de 1900, o jornal vai transcrever uma nota que fora divulgado no jornal *Mensageiro do Coração de Jesus*, em Itú – SP, informando que o Papa Leão XIII reformara o índice dos livros proibidos e lançara outros decretos, entre eles, um que condenava quem publicasse, lesse ou conversasse sobre o espiritismo, correndo o risco de ser lançado ao fogo do inferno. Isso demonstra o clima de medo que a igreja despertava na sua população, ameaçando lançar no fogo do inferno aqueles que teimassem em divulgar e praticar o espiritismo.

O editorial da *Imprensa Catholica* datado de 24 de agosto de 1902, firmava a posição da igreja no que diz respeito a prática espírita, na qual condenava não só o espiritismo, como também seus adeptos, pois a igreja entendia que o espiritismo representava um perigo a saúde mental humana, e que poderia levar o indivíduo a praticar distúrbios sociais, provocados pela mediunidade ou espíritos trevosos, daí a recomendação da igreja para que seus adeptos se afastassem da “seita” espírita, sob a alegação de irem para o inferno.

Os confrontos entre católicos e espíritas entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX, denotam a luta constante dos espíritas em busca de espaço numa sociedade em que o catolicismo era a religião hegemônica e as teorias evolucionistas eram dominantes nas esferas científicas e intelectuais. As práticas espíritas, nesse contexto, se situavam na interseção das vertentes religiosas e científico.

Esse entendimento fundamenta-se nos escritos de Pierre Bourdieu. Nosso interlocutor defendeu a existência de campos científicos, religiosos, políticos, intelectuais e artísticos. Nesses campos existem, interiormente, uma “[...] luta pela imposição de uma definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo.” (BOURDIEU, 2004, p. 122). No campo se

ênfatiza a dimensão dos conflitos, no qual os jogadores fazem usos de estratégias, buscando definir regras que determinam o que é legítimo.

Neste sentido, os embates entre católicos e espíritas tornam-se campos antagônicos de poder, em que ambos vão fazer uso das estratégias que dispõem para legitimar seu espaço. Sob a influência desse pressuposto teórico, compreende-se, então, que os espíritas assumiram a posição de um novo jogador em busca de reconhecimento na sociedade brasileira. Eram embates para a obtenção da legitimidade no espaço público e social das práticas espíritas. Como os espíritas defendiam uma doutrina que se definia como um sistema científico, filosófico e moral (religioso), seus embates foram nos campos científico, intelectual e religioso.

Até a Proclamação da República, a sua busca por reconhecimento, como mais um jogador no espaço social, era com a Igreja Católica. Após a mudança de regime de governo no Brasil, além de continuarem buscando seu espaço social com a Igreja, o movimento espírita teve que buscar o reconhecimento enquanto matriz religiosa com o Estado Brasileiro. Isso porque após a promulgação do Código Penal de 1890, o espiritismo foi criminalizado como sendo um crime contra a tranquilidade pública no capítulo dos crimes contra a saúde pública, em seus artigos 156, 157 e 158, sobretudo, no artigo 157.

De forma textual, o **artigo 157** dizia que praticar o *espiritismo*, a magia e seus sortilégios, usar talismã e cartomancia, para despertar sentimento de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública, a pena seria de prisão de um a seis meses e multa de 100 a 500\$000 reis; Já no **artigo 158**, era vedado ministrar ou prescrever como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro. Neste caso a pena seria de seis meses de reclusão e multa de 100 a 500\$000 reis.

Diante desse quadro, vale á pena insistir nas modificações ocorridas na atuação e no discurso da Federação Espírita Brasileira – FEB – que logo se dimensionaram para fazer frente á nova situação política daquele momento. Se antes da Republica os espíritas recebiam ataques constantes da imprensa, do clero, reclamações de médicos e mesmo acusações de charlatanismo, foi somente a partir de 1890 com a aprovação do Código Penal<sup>6</sup>, que os espíritas passaram a sofrer judicialmente processos condenatórios.

Dentro deste contexto nada amistoso entre o espiritismo e o clero, temos ainda a pressão da classe médica brasileira temerosa da disseminação sem controle do curandeirismo, passa a

---

<sup>6</sup> O Código Penal de 1890 estabelecia nos artigos 156, 157 e 158 punições ás práticas mágicas, ao curandeirismo, ao charlatanismo e ao espiritismo.

fazer pressão juntamente com a Igreja para que os legisladores elaborem um Código Penal em que possa conter as chamadas praticas mágicas e o espiritismo, além dos rituais de magia e adivinhações.

Diante de tal fato a Federação Espírita Brasileira (FEB) vai reclamar junto ao Ministro da Justiça á época, que era Campos Sales. A argumentação da Federação Espírita remetia-se ao cerceamento da liberdade dos espíritas legisladas no artigo 157 do Código Penal. Para a FEB<sup>7</sup>, a criação do artigo foi considerada uma atitude arbitrária, intolerante e legislado envolto de ignorância sobre o que realmente seria o espiritismo. E sendo uma prática religiosa, era incoerente a sua criminalização, com a garantia do livre exercício religioso contido no Decreto 119-A de 1890.

No intuito de fazer uma contraofensiva e ao mesmo tempo uma defesa do espiritismo no Brasil, a FEB vai utilizar-se do Jornal *O Reformador*, situado no Rio de Janeiro para defender-se dos ataques que sofria e das punições previstas no Código Penal de 1890. Para a FEB, os artigos 157 e 158 que se acham no capítulo – Dos crimes contra a saúde pública – eram sinais evidentes de que seu autor desconhecia por completo o assunto sobre o qual legislou, ou seja, o espiritismo.

No período de 1881 a 1910 houve diversas perseguições policiais ao espiritismo, sendo proibidas as sessões de muitos grupos espíritas. A Federação Espírita publicou em seu jornal *O Reformador* e reuniu artigos de jornais da imprensa não espírita acerca das perseguições promovidas contra os espíritas que militavam no interior do país. Os locais onde se realizavam as sessões espíritas eram apedrejados e às vezes os perseguidores colocavam até bombas e dinamites para destruir os lugares de reuniões.

Além da agressividade do código, a reação do clero era mais intensa, à medida que o espiritismo se difundia na sociedade. Não eram apenas as elites intelectuais e as classes baixas que aderiam ao espiritismo, as classes médias também. O fenômeno desencadeou uma contra ofensiva da Igreja, com os mesmos argumentos de sempre, tratando o espiritismo como obra do demônio. Sem duvida, com o advento da República, o embate entre os espíritas e a Igreja se acentua, revelando por parte da Igreja segundo Miceli um esforço “de revidar aos argumentos e às versões anticlericais, de resistir ao proselitismo dos concorrentes maçons, protestantes e espíritas.” (MICELI, 1988, p. 53)

Em de janeiro de 1891, foi publicada no Jornal do Comércio uma coluna intitulada “*O novo código e o espiritismo*”, assinada pela FEB. A intenção da Federação ao publicar esse

---

<sup>7</sup> FEB – Federação Espírita Brasileira. Criada em 1884, cujo objetivo era preservar a unidade doutrinária e reunir de modo institucional os adeptos da pratica espírita dispersos por inúmeros centros espíritas.

artigo, era rebater as acusações de charlatanismo e exploração da boa fé alheia que o espiritismo acabou sofrendo com as proposições de do advogado João Baptista Pereira, que simplificou as práticas espíritas à arte de curar e afirmou serem os espíritas especuladores e expropriadores. Procuraram, também, reafirmar princípios da doutrina espírita, procurando não limitá-la à arte de curar, mas, também a compreensão de mundo, orientação de vida, conduta moral e princípios de amor, bondade e caridade para como próximo, ou seja, princípios estes, contidos também na religião católica.

Mesmo com o Código Penal de 1890 e as perseguições realizadas a espíritas e aos centros por estes frequentados, o espiritismo não arrefeceu, continuou a crescer e espalhar-se por dezenas de cidades brasileiras. Sobre isso, o historiador/pesquisador da Igreja Scott Mainwaring (1989, p. 53) comenta que a expansão do espiritismo tornou aparente e preocupante para a Igreja o que era na verdade algo irreversível, pois a Igreja não estava efetivamente atingindo as massas, e isto estava contribuindo para o declínio do seu monopólio religioso, fato este que causava grande incômodo a sua hierarquia. Portanto, execrar os espíritas e, também protestantes tornou-se lugar-comum dentro da Igreja Católica.

Em artigo intitulado *O que é um espírita* e publicado no Jornal a Imprensa Catholica de 1921 na Paraíba, o clero tenta definir o que seja um espírita de fato, e começa a fazer adjetivações preconceituosas e comparações a outras religiões, colocando ao final como praticantes de seitas satânicas e diabólicas. A tentativa de definição situa-se nestes termos.

*Sim, afinal que é o espírita – catholico? Não, porque catholico é só o que aceita integralmente os ensinamentos da Egreja Catholica, e Ella condemna o espiritismo como seita e diabolica. Mas o espírita será christão? Tambem, não; porque christão significa discípulo de christo, e Jesus Christo prohibe e reprova formalmente o diabolismo, que nada mais é do que o espiritismo. Então o espírita será judeu? Ainda, não; mas, peior que judeu; porque ao judeu, como se ver na Biblia, era prohibido severamente evocar as almas dos mortos, e o espírita faz o que nenhum judeu podia fazer. (...) Eis o que é espírita, um hereje, um apostata, um excommungado, indigno de ter ingresso no lugar santo durante a vida; indigno da sepultura sagrada após a morte; indigno dos sufrágios da Egreja por toda a eternidade. (AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Serie Jornais. JORNAL A IMPRENSA BI-SEMANARIO CATHOLICO – Parahyba - Quarta-feira, 19 de outubro de 1921 - ANNO XIX N.19)*

Como vemos a reação do clero é agressiva e mais intensa, à medida que o espiritismo difundia-se na sociedade. O fenômeno desencadeou uma contra ofensiva da Igreja e, usando os mesmos argumentos de sempre, tratava o espiritismo como obra do demônio. No discurso católico presenciamos uma aspereza do tratamento dado ao espiritismo sem maior diálogo e tolerância.

### **Considerações finais.**

Provavelmente, os espíritas acreditavam que a proclamação da República e de um Estado Laico deveria ter levado a uma maior liberdade e diálogo entre as diferentes correntes de pensamento religioso e filosófico. Porém, o que vemos na nossa pesquisa, é contra ataques duríssimos em direção ao movimento espírita paraibano, e a criação de um estado de terror e medo que é inculcado no seio da sociedade.

As questões até apresentadas sobre os embates entre católicos e espíritas, nos remete a refletir sobre a atuação do espiritismo no Brasil e em particular, na Paraíba. Nossa interpretação nos leva a acreditar, que o espiritismo seguindo o modelo das grandes religiões, também desenvolveu peculiar capacidade de apresentar interpretação coerente do mundo, explicando a posição dos indivíduos nas estruturas de estratificação social e orientando a conduta moral, social e religiosa de seus integrantes, assim como fazia/faz o catolicismo.

È verdade porem, que devido á relevante posição atribuída pela religião espírita á caridade e a fraternidade, como também a assistência espiritual e a educação dos seus participantes, os aspectos científicos tenham ficado no primeiro momento em segundo plano, porém, não podemos descartar a importância dos fenômenos mediúnicos que foram exaustivamente estudados desde a codificação.

No nosso entendimento, o espiritismo foi igualmente capaz de preencher certas expectativas do pensamento racional vigente, possibilitando investigações de ordem comprobatória a respeito do próprio fenômeno mediúnico, por exemplo. A rejeição ao dogma católico e a adoção de procedimento sistemático na formação da doutrina espírita mostraram-se compatíveis com as aspirações intelectuais e de um numero significativo da sociedade. Talvez seja compreensivo para a época pesquisada, o desconforto gerado no seio do clero com o surgimento e expansão da doutrina espírita, cada campo religioso evocando pra si sua relevância e atuação dentro da sociedade.

### **Referencias.**

ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. *Uma fábrica de loucos: psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950)* - Campinas, São Paulo, Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Alameda, 2010. (p. 124).

- BRANDÃO, Sylvana (Org.). *História das religiões no Brasil*. Recife: UFPE, 2004, 3v.
- BRUNEAU, Thomás. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo. Loyola, 1974. (Col. Temas brasileiros, n. 3).
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Gênese e Estrutura do Campo Religioso*. In: Bourdieu, Pierre. Sérgio Micelli (org.), 5 ed. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2004.
- CAMARGO, Cândido. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. 1973. Petrópolis, Vozes.
- CÂMARA, Epaminondas. *Datas e notas campinenses*. Campina Grande, PB: Edições Caravela, 1988.
- FIGUEIREDO, Francisco Severiano de (Org.). *Anuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte*. Parahyba do Norte: Torre Eiffel, 2 v., 1919.
- \_\_\_\_\_. *A Diocese da Paraíba*. Tipografia A Imprensa, 1906.
- FERNANDES, Paulo César da Conceição. *As origens do espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850 – 1914)*. Brasília – UNB. PPGS. Dissertação de Mestrado, 2008.
- HENRIQUES, Dom Aduino Aurélio de Miranda. *Cartas Pastorais 1894 / 1935*. Paraíba do Norte. Arquidiocese da Paraíba. AEPB - Arquivo Eclesiástico da Paraíba.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: Hipótese para uma interpretação*. Petrópolis; Editora Vozes. 1979.
- LIMA, Francisco. *D. Aduino: subsídios bibliográficos*. 2ª Edição (1855 / 1915). João Pessoa: Editora Unipê, 2007. Vol.1.
- \_\_\_\_\_. *D. Aduino: subsídios bibliográficos*. 2ª Edição (1915 / 1935). João Pessoa: Editora Unipê. 2007. Vol.2.
- MARIZ, Celso. *Apanhados Históricos da Paraíba*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2ª edição, 1980;
- MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis*. Niterói: Lachartre, 1996.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916/1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MALDONADO, Elaine Cristina. *Machado de Assis e o Espiritismo*. Jundiaí – São Paulo, Paco Editorial. 2015.
- MARIA, Júlio. *A Igreja e o povo*. São Paulo: Loyola, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Igreja e a República*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

MONTEIRO, Paula. *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil*. Novos Estudos – CEBRAP. 2006.

SILVA, Creusa Ribeiro da. *Práticas educativas no movimento espírita: Um Estudo Sobre a Casa da Vovozinha*. Dissertação de Mestrado, João Pessoa, UFPB, PPGE. 2006.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília, Ed. UNB, 2ª edição, 1980.